



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

SOLENE XXVI

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI

2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER

3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Reni Pereira
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rançel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

SOLENE XXVI

120 anos da Proclamação da República e da adoção da Bandeira Nacional

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	02
Presenças.....	02
Abertura da Sessão	02
Composição da Mesa.....	02

Palavras do Presidente:

Dep. Ney Leprevost.....03

Apresentação das Bandeiras05

Redação Vencedora.....06

Vencedores do Concurso de Sonetos09

Vencedores do Concurso de Poesias09

Orador:

Professor Ernani Costa Straube.....10

Encerramento da Sessão10

SOLENE XXVI

120 anos da Proclamação da República e da adoção da Bandeira Nacional

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 120 ANOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA ADOÇÃO DA BANDEIRA NACIONAL REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2009

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Ney Leprevost.

Presenças:

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco

Bührer, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi.

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo.

Presentes ainda inúmeras autoridades civis, militares, eclesiásticas, do corpo consular e demais convidados.

Abertura da Sessão:

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lucia Bianeck)

Convidamos o Sr. Deputado Ney Leprevost para compor a Mesa e a direção dos trabalhos, que neste ato representa o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Composição da Mesa:

Exmo. Sr. Deputado Ney Leprevost, neste ato Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. General-de-Divisão Alberto Márcio Ferraz Sant'ana, Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército; Exmo. Sr. Professor Ernani Costa Straube, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Exmo. Sr. Coronel Aviador Leônidas de Araújo Medeiros, Comandante do CINDACTA II; Exmo. Sr. Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional representando o Procurador Geral, Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão Solene em homenagem aos 120 anos da Proclamação da República e da Adoção da Bandeira Nacional.

Convido os presentes a cantarem o Hino da Proclamação da República, letra de Medeiros e Albuquerque e música de Leopoldo Miguel, a ser executado pela Banda de Música da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, sob a regência do Subtenente Luiz Nasrionardio Alves Cordeiro e cantado pelo Coral do Colégio Estadual do Paraná, sob a regência de Aline Petry, com acompanhamento de Hermes Adriano Drechsel.

Palavras do Presidente:

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lucia Bianeck)

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Ney Leprevost, que falará em nome desta Casa de Leis.

Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Boa-tarde senhoras, boa-tarde senhores.

Gostaria inicialmente de cumprimentar o Exmo. Sr. General de Divisão, Alberto Márcio Ferraz Sant'Ana, Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército.

Seja muito bem-vindo a esta Casa, Sr. General, e saiba do reconhecimento dos 54 Parlamentares que compõem a Casa do povo do Paraná, a importância e os serviços inestimáveis prestados pelas Forças Armadas Brasileiras a este País e a este Estado ao longo da história da nossa República.

Exmo. Sr. Ernani Costa Straube, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Exmo. Sr. Coronel Aviador Leônidas de Araújo Medeiros, Comandante do CINDACTA II; Exmo. Se. Bruno Sérgio Galati, Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, representando o Procurador-Geral, Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

Aceite também o reconhecimento desta Casa pelos inestimáveis serviços prestados pelo Ministério Público do Paraná, em especial ao combate à impunidade e à corrupção, pragas que assolam este País e contra as quais não deveremos dar trégua em hipótese alguma.

Senhoras e senhores, cocidadãos paranaenses, jovens aqui presentes, alunos das escolas que hoje estão sendo premiados devido a concursos de dissertação, poesia, redação sobre a Proclamação da República e o Dia da Bandeira.

Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Estamos celebrando os 120 anos da República e da Bandeira Nacional, coroamento de um extenso programa de comemorações levado a efeito por várias entidades e instituições, as quais se junta esta Assembleia Legislativa, com a solenidade de hoje, Dia consagrado à Bandeira Nacional.

Das informações e reflexões apresentadas durante tais eventos cívicos, especialmente o ciclo de estudos e debates sobre os 120 anos da República no Brasil, ficou a lição de que uma República democrática será tanto mais responsiva, isto é, revestida de legitimidade política, quanto saiba aplicar os princípios do bom Governo em benefício do povo.

Por isso todas as Constituições Republicanas inscrevem entre os seus princípios fundamentais a regra da alternância no exercício no poder, a ser provido como sabemos, pelo próprio povo em questão, mediante eleições livres e justas.

Foi visando consolidar esses ideais republicanos que o Brasil enfrentou há mais de um século lutas e turbulências, que configuraram uma verdadeira guerra civil em que patrícios abandonavam as regras de civilidade para se combaterem mutuamente.

Destruição selvagem, que atingiu inclusive o Estado do Paraná, vitimando entre tantos outros bravos um ancestral de minha família, que era Padre na França veio morar no Brasil, casou-se e lutou na revolução, defendendo o Governo legal no episódio do cerco de Tijucas do Sul, vizinha à Lapa durante a Revolução Federalista.

Felizmente essas páginas de ódio foram superadas pela dinâmica do tempo, que cicatriza as feridas e reconcilia os contrários.

Hoje a República não está em questão. Antes devemos juntar nossos esforços para o aperfeiçoamento das instituições formadoras desta atual forma de Governo praticada pela maioria dos povos, a democracia.

Tal evolução deve ter presente a máxima de Montesquieu, que "situava a virtude como princípio fundador do regime republicano."

O desafio, portanto, consiste em complementar a obra dos estadistas que inauguraram a República há 120 anos, ajustando as suas instituições aos desafios de uma nação que finalmente deixa periferias para compor os diretórios mundiais do poder.

Cabe ainda uma mensagem aos líderes públicos, mas sobretudo aos jovens aqui presentes, sobre a importância dos símbolos, que no caso da Nação lhe expressam a identidade com as tradições, crenças e valores de cada sociedade humana,

Refiro-me à Bandeira, ela é um símbolo maior da Nação Brasileira, que completa hoje 120 anos de adoção. Ela incorpora séculos de histórias, desde a saga dos formadores, até as esperanças da geração atual.

Esse pendão verde e amarelo, com os complementos azul e branco, na sua essência simbólica veio sendo concebido desde antes da própria existência do Brasil, no estandarte da Ordem de Cristo. Depois, na divisa das coroas de Portugal, do Reino Unido e do Império, até chegar à estampa atual, decretada pelo Proclamador da República Marechal Deodoro da Fonseca.

Como registra o Hino, ela, a Bandeira, recebe todo nosso afeto, por trazer imediatamente à lembrança, a grandeza da Pátria comum a todos os brasileiros.

Antes de concluir este pronunciamento sobre os 120 anos da Proclamação da República e da Adoção da Bandeira Nacional, quero agradecer ao Instituto Histórico do Paraná, em especial ao Sr. Presidente Ernani Costa Straube e ao jornalista Rafael de Lala, pelo convite para ser o orador nesta solenidade.

No entanto, perdoem-me os que me convidaram, mas não poderei me restringir à fala protocolar.

Creio que este é o momento também para fazermos algumas reflexões e algumas cobranças sobre todos, em relação a todos, para com todos aqueles que hoje compõem a República atuando nos Três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

A política na definição Aristotélica, é a arte do bem comum. Aristóteles foi o primeiro filósofo grego a definir política como o "Governo do povo e para o povo."

Posteriormente, passou-se a definir a democracia como "Governo do povo, para o povo e pelo povo."

Aprendemos já antes de Cristo na Roma antiga, quando Cícero era o grande orador, grande jurista, grande tribuno, que a veste branca simbolizava a pureza daqueles que compunham o poder, daqueles que eram escolhidos pelo povo para representá-los no Senado.

Atualmente vivemos, minhas senhoras e meus senhores, jovens aqui presentes, um descrédito das instituições. Um descrédito que é ocasionado pela chaga maior que aflige este País, que é a chaga da corrupção.

A corrupção deve ser combatida de todas as formas, para que a nossa República seja uma verdadeira República, na essência da palavra. Uma República como imaginava Aristóteles, como sonhava Platão e como queria Marco Túlio Cícero.

Uma República como a imaginada pelos franceses que morreram na guilhotina defendendo os ideais de liberdade, igualdade e principalmente fraternidade.

Chegou a hora deste País refletir sobre algo que é fundamental e que chama-se cidadania.

Somente através da construção da cidadania teremos jovens capazes de exercer, através do democrático direito de votar, as escolhas corretas.

Como é que se constrói cidadania? Se constrói dando acesso às pessoas de todas as classes sociais, à educação, à leitura, à arte, à cultura, ao esporte.

Não podemos construir uma República para os nossos filhos e para os nossos netos, onde o ter predomine em relação ao ser.

Ter é muito pouco, o importante é ser. Ser honesto, ser tolerante, ser fraterno, ser solidário, ser compreensivo.

É uma República do ser que precisamos construir ao longo dos próximos anos.

Muitos heróis morreram neste País lutando pela República. Não morreram em vão. Construíram ao longo de anos algo que neste marco dos 120 anos podemos considerar uma etapa extremamente importante. Mas ainda necessitamos avançar.

Temos que estar precavidos na construção desse avanço, até porque o Brasil hoje é uma grande esperança para toda América Latina. Temos que estar precavidos em relação aos regimes totalitários que se instalam ao redor, nas proximidades, ao lado, nas fronteiras do nosso País.

O Brasil não pode baixar a sua cabeça; o Brasil não pode se curvar a tiranetes, como por exemplo, o Sr. Presidente da Venezuela Hugo Chávez, que afronta os mais elementares direitos democráticos, a liberdade de expressão, a Constituição que é a Carta Magna de um País.

Temos uma Constituição no Brasil, que é a Constituição de 1988, que é Cidadã. Na nossa Constituição está assegurado a todo brasileiro o direito à vida, o direito à liberdade, o direito de se expressar de todas as formas, o direito à privacidade, que é sagrada e que vem sendo afrontada muitas vezes em nosso País, e o direito à propriedade.

Não podemos permitir que forças externas como a do atual tiranete da Venezuela influenciem massas do nosso País e que por não terem tido acesso à Educação e às oportunidades são facilmente manipuladas e ficam à mercê de movimentos, como por exemplo, o MST, que é um movimento ilegal que age à margem da lei, que não tem sequer construção jurídica e que é financiado em parte pelo Presidente da Venezuela, em parte pelo nosso próprio Governo Federal, equivocadamente através de algumas ONGs.

Queremos reforma agrária no Brasil? Queremos!

Queremos justiça social no Brasil? Queremos!

Queremos que cada pessoa, por mais humilde que seja, tenha direito à Educação, à Escola, a um hospital de qualidade, ao acesso ao lazer e à cultura? Claro que todos queremos. Mas não com desordem, não com influências externas de outros Países, não rasgando a nossa Constituição, não afrontando o estado democrático de direito.

Entendo, meus caros amigos que compõem as Forças Armadas Brasileiras e que estão aqui hoje, que cabe às Forças Armadas zelar para que a integridade nacional e para que a Constituição deste País não sejam afrontados.

A nossa soberania não pode ser jamais colocada em questão. A soberania brasileira é fundamental.

Portanto, neste dia em que comemoramos os 120 anos da Proclamação da República e os 120 anos da Bandeira Nacional, nada melhor para lembrarmos as palavras que estão na bandeira: Ordem e Progresso.

Queremos progresso, mas progresso com ordem.

Essa é a mensagem que devemos deixar para as novas gerações. A mensagem da preservação da democracia, da preservação da nossa soberania, da preservação da liberdade de expressão. Mas também da luta por justiça e da luta contra a impunidade. A democracia só se realiza, na sua mais pura essência, como poder do povo, para o povo e pelo povo, na medida em que os homens que controlam o poder agem com honestidade na administração dos bens públicos.

Costumo dizer Dr. Ernani, que o administrador público corrupto, com a sua caneta Mont Blanc mata mais do que 100 bandidos armados e encapuzados ao superfaturar a obra de um hospital, uma creche, uma escola.

Portanto, senhoras e senhores, vamos lutar para que a nossa República seja cada vez mais cidadã, para que a impunidade seja combatida, para que a democracia seja respeitada, para que cada brasileiro, independente de credo, raça, etnia, classe social, seja respeitado e seja tratado como um irmão, que tem direitos e deveres e que tem, acima de tudo, a obrigação de honrar aquilo que está escrito na Bandeira Nacional, que são os princípios da Ordem e do Progresso.

Parabéns à todos vocês, muito obrigado e salve a Bandeira Nacional.

(Apresentação musical - The Lord Bless you and keep you - John Rutter)
(Aplausos)

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lucia Bianeck)

Registramos e agradecemos as presenças da Ilma. Sra. Maria Madselva Ferreira Feiges, Diretora Geral do Colégio Estadual do Paraná; Ilmo. Sr. Deonilson Roldo, Chefe de Gabinete do Prefeito Beto Richa

Neste momento os alunos do Colégio Militar de Curitiba farão a apresentação das Bandeiras históricas do Brasil.

Apresentação das Bandeiras:

ANA CAROLINE SELL

(Lê):

Bandeiras Históricas do Brasil

Bandeira da Ordem Militar de Cristo - Primeiro símbolo da história brasileira, a Cruz da Ordem Militar de Cristo estava pintada nas velas das 12 embarcações que chegaram em terras brasileiras no dia 22 de abril de 1500.

A ordem de Cristo, rica e poderosa, patrocinou as grandes navegações lusitanas e exerceu grande influência nos dois primeiros séculos da vida brasileira. A cruz de Cristo estava pintada nas velas da frota cabralina e o estandarte da Ordem esteve presente no descobrimento de nossa terra, participando das duas primeiras missas.

Bandeira Real - Essa bandeira foi criada durante o reinado de D. João II, o Príncipe Perfeito. Organizador da viagem ao Cabo da Boa Esperança foi em seu reinado que o Tratado de Tordesilhas foi assinado com a Espanha, dividindo o mundo em dois hemisférios. Muito semelhante à Bandeira da Ordem Militar de Cristo, já que era branca e com a cruz dessa ordem, apresentava o escudo real sobreposto a ela. Esse escudo, presença marcante nas bandeiras até nossa independência portuguesa da atualidade.

Bandeira de D. João III - Sucedendo D. Manoel, D. João III se tornou Rei e durante seu reinado, introduziu a Companhia de Jesus e o Tribunal da Inquisição em Portugal. No Brasil implantou o sistema de Capitânias Hereditárias e o Governo-Geral em 1549, além disso, criou uma nova bandeira: a Bandeira de D. João III.

O lábaro desse soberano, cognominado o Colonizador, tomou parte em importantes eventos de nossa formação histórica, como as expedições exploratórias e colonizadoras, a instituição do Governo Geral da Bahia em 1549 e a posterior divisão do Brasil em dois Governos, com a outra sede no Maranhão.

Bandeira do Domínio Espanhol - Com a falta de sucessores, veio uma crise dinástica, assumindo o trono após algumas lutas, o Rei espanhol, D. Felipe II, tendo início a União Ibérica, durante 60 anos. Nesse período, Portugal passou a ter uma nova bandeira da União Ibérica, enquanto suas colônias permaneciam com a mesma bandeira criada por D. João III, porém com uma modificação: a coroa real aberta foi substituída por uma fechada.

Este pendão, criado em 1616, por Felipe II da Espanha, para Portugal e suas colônias, assistiu às invasões holandesas no Nordeste e ao início da expansão bandeirante, propiciada, em parte, pela União Ibérica.

Bandeira da Restauração - Conhecida como Bandeira de D. João IV, foi instituída, logo após o fim do domínio espanhol, para caracterizar o ressurgimento do Reino Lusitano sob a Casa de Bragança. O fato mais importante que presidiu foi a expulsão dos holandeses de nossos território. A orla azul alia à ideia de Pátria o culto de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser a Padroeira de Portugal, no ano de 1646.

Bandeira do Principado do Brasil - O Brasil foi elevado à categoria de Principado e ganhamos nossa primeira bandeira particular. Mesmo assim, não devemos ver essa bandeira como sendo a primeira bandeira de nossa nacionalidade, pois não eramos uma nação soberana e muito menos essa bandeira simbolizava nossa nacionalidade, já que a mesma só foi criada devido ao título recebido pelo filho do rei e não como representação de nossa nação.

Bandeira de D. Pedro II, de Portugal - Como símbolo de sua Regência, D. Pedro criou uma nova bandeira, chamada de Bandeira de D. Pedro II Regente. Após a morte de seu irmão, em 1683, assumiu o trono real, e adotou uma nova bandeira: a Bandeira de D. Pedro II Imperador.

Esta bandeira presenciou o apogeu de epopeia bandeirante, que tanto contribuiu para nossa expansão territorial.

Bandeira Real Século XVII - Essa bandeira foi usada como símbolo oficial do Reino ao lado dos três pavilhões já citados, a bandeira da restauração, a do Principado do Brasil e a Bandeira de D. Pedro II, de Portugal.

Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve - Após a vinda da família real para o Brasil em 1808, o Brasil passou por várias transformações, entre elas a elevação do Reino Unido. Criado em 1815, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve só ganhou uma bandeira em 13 de maio de 1816.

Bandeira do Regime Constitucional - A revolução Francesa, abolindo a monarquia absoluta e instituindo o regime constitucional, cujo pavilhão foi criado em 21 de agosto de 1821. Foi a última bandeira Lusa a tremular no Brasil.

Bandeira Imperial do Brasil - D. Pedro, em 07 de setembro de 1822, proclamou a emancipação política do Brasil, depois de proferir o brado de Independência ou Morte.

Criada por decreto de 18 de setembro de 1822, era composta de um retângulo verde e nele, inscrito, um losango ouro, ficando no centro o Escudo de Armas do Brasil. Assistiu ao nosso crescimento como Nação e a consolidação da unidade nacional.

Bandeira Provisória da República - No dia 15 de novembro de 1889, a monarquia chegava ao seu fim. O Brasil se tornava uma República. Em substituição à Bandeira Imperial foi hasteada no mesmo dia, na redação do jornal A Cidade do Rio, após a Proclamação da República, e no navio Alagoas, que conduziu a família imperial ao exílio.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lucia Bianeck)

Com o propósito de desenvolver o sentimento cívico no âmbito do meio estudantil, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná instituiu, no início do ano, três concursos, no universo da Rede Estadual de Educação e do Colégio Militar de Curitiba.

A premiação consiste em livros de áreas de conhecimento da disciplina de história e diplomas de honra ao mérito aos estudantes e diplomas de participação aos professores.

Os livros que serão entregues aos alunos foram ofertados pela Associação Brasil Soka Gakkai Internacional e para os professores orientadores pelo Sistema FECOMÉRCIO/SESC/SENAC.

(Leitura dos estabelecimentos que participaram do concurso)

Para a entrega dos prêmios convidou o professor Ernani Costa Straube - Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e o Deputado Ney Leprevost.

Neste instante, passamos para a premiação do concurso de redação, abrangendo o ensino médio, em torno do tema Proclamação da República: de súditos a cidadãos - uma evolução histórica.

Redação Vencedora:

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lucia Bianeck)

Neste momento ouviremos a leitura da redação vencedora pela sua autora, aluna Tainá Fernanda Bruel de Oliveira.

(Lê):

“A proclamação da República no Brasil ocorreu em 15 de novembro de 1889, na Cidade do Rio de Janeiro, então a Corte do Império. Tratou-se da implantação de um Governo Republicano Federativo em substituição ao antigo regime imperial, a mais longa e profícua experiência monárquica das Américas.

Um longo processo levou à instauração da República no Brasil: os ideais republicanos já se faziam presentes no País. Ao mesmo passo, anteriormente à Proclamação, o Império de D. Pedro II já vinha sofrendo uma série de abalos e desgaste de sustentação política.

Os idealistas da República no Brasil, reprimidos durante o Império e o período Regencial, voltaram a ganhar força política com a divisão do Partido Liberal em facções, a partir do ano de 1868. Mas foi em 1870 que a República passou a ser calorosamente defendida por diversos setores da sociedade, após a publicação do Manifesto Republicano. Neste manifesto, que conquistou a simpatia de importantes regiões provinciais no País, empreendeu-se um ataque ao regime do império através de críticas quanto à sua grande centralização de poder. Em substituição ao poder. Em substituição ao poder centralizado, manifesto propunha o federalismo, entre as quais destaca-se: condenação da aliança entre Estado e Igreja (a classe sacerdotal era mantida pelo Estado) e os cargos vitalícios dos Senadores do Império.

A publicação de tais ideias acarretou na pulatina formação de partidos republicanos, cujos poderes ainda regionais não poderiam, de imediato, fazer grande oposição aos partidos do Império, que por sua vez possuíam força política em caráter nacional. Em 1873, a fundação do Partido Republicano Paulista também acarreta na larga difusão das ideias republicanas. Vários órgãos de imprensa, incluindo alguns que se tornariam de grande prestígio, passam a divulgar e apoiar a ideia republicana, gerando uma grande expansão do número de simpatizantes.

Paralelamente, no ano que se seguiu ao do Manifesto Republicano, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que tornava livres os filhos de escravos que nasceriam a partir da data da promulgação da lei. Tratou-se de um primeiro golpe legal contra a escravidão no Brasil, ainda que tal lei mais tarde fosse desmascarada como uma grande farsa: os novos escravos nascidos deveriam ser criados pelos senhores escravistas até a idade de 21 e anos. As campanhas antiabolicionistas prosseguiram ao notar a iniquidade da lei promulgada. Três anos mais tarde, a Lei dos Sexagenários era aprovada. Seus efeitos eram ridículos: os escravos seriam libertos com a idade

de 60 anos, mas a média de expectativa de vida no Brasil era inferior a esse patamar. Apesar dos efeitos concretos desprezíveis da lei, ao mesmo tempo as discussões antia-bolicionistas foram acirradas. Só em 1888 foi decretada finalmente a Lei Áurea, que estabeleceu definitivamente o fim da escravidão no Brasil. Desta forma, os escravocratas prejudicados com o fim da escravidão abandonaram o Império à sua própria sorte, sendo este último cada vez mais atacado pelos republicanos. A abolição da escravatura, portanto, tratou-se de um importante fator para o estabelecimento concreto dos ideais republicanos.

As transformações ocorridas no Brasil durante a metade do século XIX proporcionaram uma diversidade social significativa, como a estruturação da nova aristocracia cafeeira do Oeste paulista. As novas camadas urbanas tinham interesses diferentes daqueles representados até então e os industriais emergentes pleiteavam uma política protecionista, nem sempre aprovada pelos agricultores tradicionais. Os fazendeiros do Oeste Paulista almejavam uma política favorável à imigração, mas os senhores de terras mais antigos, que ainda dispunham de muitos escravos, era contra essa orientação.

As camadas urbanas reivindicavam maior participação política e exigiam que o sistema eleitoral indireto fosse substituído pelo direto, retirado o monopólio das mãos da velha elite agrária. A agricultura, porém, já não era mais a única alternativa para o investimento de capitais: havia a ferrovia, as instituições de crédito a nascente indústria. A ruína do Império estava aproximando-se, entretanto essas reivindicações eram realizadas pelas classes dominantes, a população não tinha qualquer participação ativa nas mudanças que viriam a ocorrer.

Outro fator favorável à futura Proclamação da República foi a chamada Questão Militar, uma série de atritos entre Exército e políticos aliados à monarquia. Após a Guerra do Paraguai, o Exército ganha nova força. Com a participação de negros na Guerra, muitos oficiais converteram-se ao abolicionismo ao vislumbra-rem o valor moral daquela revelante parcela da população brasileira que seguiu para os campos de batalha para bater-se por uma nação que os tinham apenas como força de trabalho, isto obviamente ia contra os interesses da classe política situacionista.

Ainda com este crescimento da classe militar em número e status, também o Exército passou a ser um lugar de ideias próprias, imunindo-se de missões de salvação da pátria. Desta forma, os políticos situacionais temiam o crescimento do Exército, havendo a pretensão de redução do contingente deste Exército ao seu Estado anterior à Guerra do Paraguai. Mediante tal problema, vários conflitos deflagrados por militares aconteceram a partir de 1882, quando ocorreu o movimento contra a tentativa de reforma do Montepio Militar empreendida pelo Governo (que afetava as aposentadorias militares). Houve o recuo do Governo, mas também os militares foram terminantemente proibidos de se manifestarem de forma organizada.

Além disso, os ideais difundidos entre os militares era os positivistas, os quais defendiam a República como forma de Governo. A ideia de um Governo forte e incorruptível aproximava os militares dos republicanos radicais, como Silva Jardim. Os militares acreditavam serem os únicos capazes de corrigir os vícios da organização política e social do País, com um grande sentimento patriótico.

A monarquia desgastada se via esvaída de todo o seu prestígio e poder de influência nos mais diversos setores da sociedade, vindo a ruir de vez naquele fatídico 15 de novembro, não tendo condições de esboçar uma mínima resistência ao movimento posto em curso e que tinha como líder o Marechal Deodoro da Fonseca, militar de escola, herói da guerra do Paraguai, que embora fosse fiel à figura do Imperador, era acima de tudo, fiel à sua Pátria, e em nome dessa pois fim à monarquia brasileira, que contava então com 67 anos. Deodoro assume então o poder do Governo Provisório, enquanto D. Pedro II e a Família Imperial, junto com seus partidários, embarcavam para a Europa, levando consigo as saudades da Terra Brasilis.

O início da República no País é marcado por revoltas, que cabe ao sucessor de Deodoro, seu Vice-Presidente, Marechal Floriano Peixoto, aplacá-las e com mão de ferro consolidar a República Brasileira. Como um ícone dessa tarefa podemos citar o General Antonio Ernesto de Gomes Carneiro; que no legendário Cerco da Lapa, em terras paraenses se martirizou pela República.

O período histórico que se segue é denominado de República Oligárquica, 1894 a 1930. O que caracteriza este período é uma política dirigida por oligarquias agrárias e por representantes civis nas presidências.

Munidos de uma série de mecanismos previstos em lei e da opulência de seu poder econômico, os Barões do Café e os Coronéis mantinham os menos favorecidos sob a tutela de seus interesses. Entre outros mecanismos, o voto de cabresto, as práticas cliente listas e a Política do Café com Leite foram medidas excludentes que viriam agravar a já delicada situação sócioeconômica do Brasil.

Excluídas, mas não insensíveis a essa situação, as classes menos favorecidas se mobilizaram em revoltas que davam conta da insatisfação do povo contra os desmandos da época. Nesse período, a Revolta da Vacina (1904) a Revolta da Chibata (1910), a Guerra de Canudos (1893 - 1897) e a Guerra de Contestado (1912 - 1916) foram alguns dos conflitos que reclamaram contra essa situação historicamente constituída durante toda a República Oligárquica.

A política que permaneceu no poder nesse período foi chamada de Café com Leite já que seus representantes maiores eram São Paulo, maior produtor e exportador do café do País, e Minas Gerais, que apesar de não ser o maior produtor de lei se dedicava em especial a este produto. Neste período os principais governantes do País estavam fortemente ligados ao café, como é o caso de Deputados, Senadores, Governadores e Presidentes do Brasil.

Em acordo, o Governo era assumido por paulistas e mineiros alternadamente, exceto Hermas da Fonseca, que era gaúcho; Epifácio Pessoa, paraibano; e Washington Luís, carioca. Posteriormente, os oligárquicos receberam apoio dos demais Estados brasileiros através dos Coronéis que influenciavam fortemente seus Municípios em eleições e em troca recebiam favores presidenciais como regalias, cargos públicos e financiamentos.

Em 1929, quando a bolsa de Nova Iorque quebrou, houve sérios prejuízos no País por conta do café, pois neste período de crise financeira o Brasil se encontrava com grande armazenamento do produto, gerando a grande desvalorizado do grão. Neste momento o País sofreu a maior crise econômica do período.

No ano seguinte, com a Revolução de 1930, o domínio mineiro e paulistano se findou, pois estes romperam suas ligações, mas o favorecimento às oligarquias agrárias Júlio Prestes que não chegou a assumir a presidência, já que Getúlio Vargas assumiu o poder pela Junta Governativa criada por generais, em 03 de novembro, findando assim a Primeira República e iniciando uma nova era na história do País.

Interpretada como a revolução que pôs fim ao predomínio das oligarquias no cenário político brasileiro, a Revolução de 30 contou com uma série de fatores conjunturais que explicam esse dado histórico.

No âmbito internacional, destacou-se a ascensão de práticas capitalistas e a própria crise do sistema capitalista. Cada vez mais, a modernização das economias nacionais, inclusive a brasileira, só era imaginada com a intervenção de um Estado preocupado em programar um parque industrial autônomo e sustentador de sua própria economia. Em contrapartida, o capitalismo vivia um momento de crise provocado pelo colapso das especulações financeiras.

Apático a esse conjunto de transformações, os Governos oligárquicos preferiam manter a Nação sob um regime econômico agroexportador. Dessa forma, a economia brasileira sofreu, principalmente nas primeiras décadas do século XX, graves oscilações em seu desempenho econômico. Em outras palavras, a economia brasileira só ia bem quando as grandes potências industriais tinham condições de consumir os produtos agrícolas brasileiros.

Defendendo essa política conservadora e arcaica, as elites oligárquicas acabaram pagando um alto preço ao reprimir a modernização da economia brasileira. De um lado, as camadas populares sofriam, cada vez mais, o impacto de governos que não criavam efetivas políticas sociais e, ao mesmo tempo, não davam a devida atenção aos setores sociais emergentes (militares, classes médias e operárias). Por outro lado, as próprias oligarquias não conseguiam manter uma posição política homogênea mediante uma economia incerta e oscilante.

Nesse contexto, o então Presidente paulista Washington Luís resolveu apoiar a candidatura de seu conterrâneo Júlio Prestes. Conhecido como Política do Café Puro, a candidatura de Júlio Prestes rompeu com o antigo arranjo da Política do Café-com-Leite.

Insatisfeitos com tal medida, um grupo de oligarquias criou uma chapa eleitoral contra a candidatura de Júlio Prestes. Conhecida como Aliança Liberal, a chapa encabeçada pelo fazendeiro gaúcho Getúlio Dorneles Vargas prometia um conjunto de medidas reformistas. Entre outros pontos, os liberais defendiam a instituição do voto secreto, o estabelecimento de uma legislação trabalhista e o desenvolvimento da indústria nacional.

Sob um clima de desconfiança e tensão, o candidato Júlio Prestes foi considerado vencedor das eleições daquele ano. Mesmo com a derrota dos liberais, um possível golpe armado ainda era cogitado. Com o assassinato do liberal João Pessoa, em 26 de julho de 1930, o movimento oposicionista articulou a derrubada do Governo oligárquico com o auxílio de setores militares.

Depois de controlar os focos de resistência nos Estados, Getúlio Vargas e seus aliados chegam ao Rio de Janeiro, em novembro de 1930. Iniciando a chamada Era Vargas, Getúlio ficaria por 15 anos ininterruptos no poder (1930-1945) e, logo depois, seria eleito pelo voto popular voltando à presidência entre os anos de 1951 e 1954.

Foi durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que a indústria brasileira ganhou um grande impulso, muitos cafeicultores passaram a investir parte dos lucros, obtidos com a exportação do café, no estabelecimento de indústrias, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Vargas teve como objetivo principal efetivar a industrialização do País, privilegiando as indústrias nacionais, para não deixar o Brasil cair na dependência externa. Com leis voltadas para regulamentação do mercado de trabalho, medidas potencionistas e investimentos em infraestrutura, a indústria nacional cresceu significativamente nas décadas de 1930-1940.

Durante este período, a indústria também se beneficiou com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois os Países europeus estavam com suas indústrias arrasadas, necessitando importar produtos industrializados de outros Países, entre eles o Brasil. Com a criação da PETROBRAS (1953), ocorreu um grande desenvolvimento das indústrias ligadas à produção de gêneros derivados do petróleo.

Durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) o desenvolvimento industrial ganhou novos rumos e feições. JK abriu a economia para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais. Foi durante este período que ocorreu a instalação de montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys) em território brasileiro.

É importante também ressaltar as realizações que se deram durante o período do Regime Militar (1964-1985), principalmente no tocante a infraestrutura, quando realizadas obras para o desenvolvimento nacional, como a construção de hidrelétricas, estradas, usinas nucleares, portos e aeroportos, e houve o incremento das indústrias aeronáutica, naval e bélica. Ainda neste período a economia brasileira alcançou a notável oitava posição entre as economias mundiais.

Atualmente o Brasil é observado no concerto das Nações como uma das potências do futuro próximo. Sua economia, seu vasto e rico território, detentor de riquezas de todas as ordens e seu alegre e laborioso povo atestam a observação das demais Nações como verdadeiras.

Tais possibilidades elevam o Brasil como um País com altas possibilidades de investimentos, que interessam diretamente Países vitais na ordem mundial como os EUA, que vislumbram a importância do Brasil no setor energético, como por exemplo a descoberta da camada pré-sal na costa brasileira. A reserva petrolífera nas águas profundas brasileiras pode chegar a 100 bilhões de barris, o que o torna um dos quatro maiores produtores de hidrocarbonetos do mundo. Além do potencial de expansão da fronteira agrícola para a produção de biocombustíveis, principalmente o etanol.

O Brasil possui a quinta maior população e extensão territorial do mundo. Além de abrigar uma das maiores biodiversidades do planeta contando com cerca de 18% da biota global, um litoral de mais de 7 mil quilômetros que permite um fácil escoamento da produção para o Oceano Atlântico através dos vários portos existentes no País, e uma diversidade climática que propicia uma variada produção agrícola e industrial.

No plano econômico, o real se consolidou como uma forte moeda e de intensa atuação na zona latino-americana. O País é um maiores fomentadores de atividades nos continentes americano e africano através do BNDES e de empresas públicas e privadas. Possui empresas de abrangência mundial nos campos petrolífero (PETROBRAS), exploração mineral (Vale do Rio Doce), construção de aviões (EMBRAER), siderurgia (GERDAU) e telecomunicações, o que lhe oferece razoável vantagem em penetração comercial em diversos continentes.

A intervenção do Estado atual cenário de crise econômica internacional é fundamental e preventiva. "Neste momento, a presença do Estado tem-se revelado importante, porque, se não houvesse intervenção firme do Estado nos setores financeiro e automotivo, certamente a crise estaria muito mais grave e o desemprego estaria muito maior", disse o economista Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.

A facilidade com que o Brasil saiu da crise imobiliária demonstra que as medidas tomadas o colocaram num rumo adequado, visto que grandes economias, como a norte-americana, enfrentaram amplas turbulências. Além disso, o poder de compra do brasileiro ajudou o País a recuperar-se rapidamente de tal conjuntura.

Verifica-se que a República Brasileira, apesar de seus 120 anos de existência, não pode ser tida como algo acabado, mas em processo de construção. Sendo produto histórico e social do seu principal artesão: o povo brasileiro, do qual conforme reza nossa Constituição Federal emana todo o poder e em seu nome é exercido conforme as premissas o regime republicano.

Tendo como pressuposto o abandono da condição de súditos, os brasileiros livraram-se da submissão monárquica, e seguem construindo sua história como cidadãos da República Federativa do Brasil, conscientes de seus direitos civis e políticos e cumpridores de suas obrigações."

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Parabéns para você. Quero dizer que tenho a convicção que você vai ser muito importante para esse País, você é muito inteligente, muito aplicado, e quero aqui dizer que se você desejar em um determinado momento fazer um estágio aqui na Assembleia Legislativa já está convidada.

Parabéns!

(Aplausos)

Vencedores do Concurso de Soneto:

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lucia Bianeck)

Neste instante, passamos à premiação do concurso de soneto abrangendo o ensino médio, em torno do tema: "A Bandeira Nacional"

(Lê):

"5° lugar - César Augusto de Souza, Colégio Estadual Protásio de Carvalho - professora Damares Rolim; 4° lugar - Lucas Pujol de Souza, Colégio Militar de Curitiba - professora Máisa Milenne Zarur Remer; 3° lugar - Yaskara Dayene Hermann Macena, Colégio Estadual Professor Francisco Zarpo - professora Rosália Antunes; 2° lugar - Lucas Atílio Godri, Colégio Estadual do Paraná - professora Lilian Chimenes representando a professora Cidarley Grecco Fernandes Coelho; 1° lugar - Johanne de Medeiros Lourenço, Colégio Estadual do Paraná - professora Tânia Maria Acco."

Vencedores do Concurso de Poesias:

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lucia Bianeck)

Neste instante passamos à premiação do concurso de poesia livre, abrangendo o ensino fundamental, em torno do tema: "A Bandeira Nacional".

(Lê):

"5° lugar - Ana Caroline Sell Prates, Colégio Militar de Curitiba - professora Letícia Viana Nunes; 4° lugar - Larianne Feliciano Costa Bedrechuk, Escola Estadual D. Pedro II - professora Edna Maria Neia Cunha Zocche; 3° lugar - Pamela Albino Santos, Colégio Estadual do Paraná - professor Carlos Alberto Bernardelli; 2° lugar - Isabella Bonatto, Colégio Militar de Curitiba - professora Letícia Viana Nunes; empatados em 1° lugar - Mariana Paiva dos Santos, Colégio Estadual do Paraná - professor Carlos Alberto Bernardelli; e Lucas Henrique Alves da Rosa Gross, Colégio da Polícia Militar (Coronel PM Felipe de Souza Miranda" - professora Ana Leonor Schenfeld.

(Apresentação musical após as premiações
"Vira Virou" - Kleiton e Kledir)

Orador:

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (**Lucia Bianeck**)

Registramos a presença do Comandante e Diretor do Colégio Militar de Curitiba - Coronel Luiz Quintino Martins de Figueiredo, e da Diretora da Escola Dom Pedro II - Sra. Rute, aqui presente.

Com a palavra o professor Ernani Costa Straube - Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Professor Ernani Costa Straube

O SR. ERNANI COSTA STRAUBE

(Lê):

“Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Digníssimas autoridades já nominadas; Srs. Deputados; caríssimos integrantes dos corpos docente e discente dos estabelecimentos de ensino que aqui representam o meio estudantil curitibano; ilustres convidados, senhoras e senhores.

Cumpro inicialmente o indeclinável dever de dirigir ao Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, uma dupla manifestação de agradecimento e cumprimentos. Agradecimento pela imediata resposta, quando em fevereiro passado, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, através de sua Direção Cultural, sugeriu-lhe a programação de uma Sessão Solene a ser realizada em novembro para a celebração das 120 anos da Proclamação da República e da Adoção da Bandeira Nacional Brasileira. Cumprimentos pelo denso, atraente e expressivo cerimonial elaborado para esta solenidade.

A proposta originária do nosso Instituto, viabiliza a presente Sessão Solene, como um marco e ponto culminante de concursos literários, no âmbito da rede estadual de ensino e do Colégio Militar de Curitiba, subordinados ao tema da evocação dessa dupla efeméride: a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e a oficialização da Bandeira Nacional Brasileira quatro dias após, correspondendo ao dia de hoje, quando ambas completam 120 anos. Tivemos por escopo oferecer uma contribuição às autoridades educacionais no que respeita ao fortalecimento do sentimento cívico e à valorização das tradições históricas da Pátria no universo do segmento estudantil.

Neste clímax tão eloquentemente proporcionado por esta Casa de Leis, guardamos a sensação do dever cumprido, dos objetivos colimados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, entidade cultural com mais de 109 anos de atividades em prol de nosso Estado.

Adicionalmente, cabe-me na qualidade de Presidente desse sodalício, manifestar votos de louvor e agradecimentos: ao Núcleo Regional de Educação da Secretaria de Estado da Educação, representado pela

sua chefe, professora Sheila Marize Toledo Pereira, pela competente intermediação entre nossa entidade e os estabelecimentos de ensino da rede estadual; aos estabelecimentos de ensino da rede estadual, através de seus diretores, corpo docente, pedagogos e alunos, pela pronta adesão aos concursos e pelas brilhantes participações; em especial ao Colégio Estadual do Paraná, nossa sesquicentenária Casa de Ensino e ao Colégio Militar de Curitiba, pelas primorosas apresentações de caráter artístico-cultural que acabam de apresentar; ao Comando da 5ª Região Militar, 5ª Divisão de Exército, na pessoa do seu ilustre Comandante General de Divisão Alberto Marcio Ferraz Sant’Ana e à sua consagrada Banda de Música, sob a regência do seu Maestro, pela costumeira disponibilidade em prestigiar e apoiar as manifestações cívicas da comunidade; à Associação Brasil Soka Gakkai Internacional, pelo seu Vice-Presidente, Sr. Massanori Yamasaki e ao Sistema FECOMÉRCIO-SESC-SENAC, através de seu Presidente Sr. Darcy Piana, pela oferta das premiações aos classificados nos Concursos de Redação, de Soneto e de Poesia Livre; e ao eminente Deputado Estadual, Ney Leprevost, pela pronta e prazerosa aceitação do convite para proporcionar-se nesta Sessão Solene, em nome do Poder Legislativo do Paraná, o que fez com propriedade.

Bandeira Nacional: símbolo visual da Pátria, “síntese colorida da nossa história e visão permanente da Pátria”.

Neste 19 de novembro, Dia da Bandeira Nacional Brasileira, exaltemo-la orgulhosos; oxalá nos estimule sempre o lábaro sagrado da Pátria, a perseverar com desprendimento e verdadeiro amor pelo aperfeiçoamento do regime republicano, pela valorização da ordem e pela busca incessante do progresso. Tenho dito”.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Ney Leprevost**)

Em nome da Assembleia Legislativa do Paraná, em nome do nosso Presidente Deputado Nelson Justus, quero agradecer a presença das autoridades civis, militares e eclesiais. Quero agradecer em especial este magnífico Coral do Colégio Estadual do Paraná, que embelezou esta Sessão com músicas muito bonitas. Quero agradecer a extraordinária Banda de Música da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, realmente é muito bom ter a oportunidade de ouvir as bandas das Forças Armadas. Quero também agradecer todos os diretores de escolas, professores de história, alunos aqui presentes, os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Lembramos aos participantes que não retiraram o certificado de participação que estes estarão disponíveis nos fundos do plenário, após a Sessão.

Vocês não estão silenciando e por isso estão de parabéns, ao escrever, ao fazer essas redações que os adolescentes leram aqui hoje. Ao fazer esses sonetos e essas poesias vocês estão exercitando o livre pensamento. Nunca silenciem, sempre procurem abrir a sua boca para denunciar a impunidade, a injustiça, e para cobrar o exercício pleno da cidadania.

Encerrando a bela Sessão que foi promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, convido a todos os presentes a cantarem o Hino à Bandeira Nacional, com letra de Olavo Bilac e música de Antonio Francisco Braga, após o que estará encerrada a presente Sessão.

Levanta-se a Sessão.

